



ACADEMIA
NACIONAL DE
MEDICINA

POSICIONAMENTO DA ACADEMIA NACIONAL DE MEDICINA SOBRE A UTILIZAÇÃO DA VACINA HEXAVALENTE NO PROGRAMA NACIONAL DE IMUNIZAÇÕES

A Academia Nacional de Medicina (ANM), instituição historicamente comprometida com a promoção da saúde da população brasileira, a valorização da ciência e a defesa de políticas públicas fundamentadas nas melhores evidências científicas disponíveis, manifesta seu apoio à proposta apresentada pelo Programa Nacional de Imunizações (PNI), em articulação com a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), de adoção preferencial da vacina hexavalente com componente pertussis celular na imunização de rotina da primeira infância.

O Programa Nacional de Imunizações constitui uma das mais importantes conquistas da saúde pública brasileira, responsável por expressiva redução da morbidade e da mortalidade associadas a doenças imunopreveníveis. Preservar sua efetividade, ampliar a cobertura vacinal e assegurar sua sustentabilidade representam compromissos fundamentais com a saúde das atuais e futuras gerações.

A definição das vacinas que integram o calendário nacional de imunizações deve resultar de uma avaliação criteriosa e abrangente, considerando não apenas sua eficácia e segurança, mas também a efetividade em condições reais de utilização, a duração da proteção imunológica, o impacto epidemiológico, a equidade no acesso, a disponibilidade dos imunobiológicos e a sustentabilidade do Sistema Único de Saúde (SUS).

Nesse contexto, as vacinas que contêm o componente pertussis celular apresentam uma trajetória consolidada de utilização em programas de imunização, com reconhecida capacidade de proteção contra a coqueluche. Evidências científicas indicam diferenças relevantes entre as respostas imunológicas induzidas pelas formulações celulares e acelulares, incluindo aspectos relacionados à persistência da proteção, que devem ser considerados na formulação das estratégias nacionais de vacinação.

Por sua vez, as vacinas contendo componente pertussis acelular apresentam menor reatogenicidade em determinadas manifestações adversas e possuem indicações clínicas reconhecidas, especialmente em situações nas quais essa característica representa uma vantagem para a segurança e a tolerabilidade individual. Entretanto, tais benefícios não significam, necessariamente, superioridade epidemiológica ou justificam sua adoção universal em substituição às formulações celulares, independentemente das características e necessidades de cada sistema de saúde.



ACADEMIA NACIONAL DE MEDICINA

A Academia Nacional de Medicina considera essencial distinguir as decisões clínicas individuais das estratégias coletivas de imunização. Enquanto as primeiras devem respeitar as particularidades e necessidades de cada paciente, as políticas públicas precisam contemplar o conjunto da população, buscando alcançar a maior proteção possível, com segurança, equidade e utilização responsável dos recursos disponíveis.

A eventual adoção preferencial da vacina hexavalente com componente pertussis celular deve, portanto, ser compreendida como uma decisão de saúde pública fundamentada na avaliação integrada das evidências científicas, das necessidades epidemiológicas nacionais e da sustentabilidade do PNI. Sua implementação deverá observar os requisitos regulatórios pertinentes e ser acompanhada de monitoramento contínuo da segurança, da efetividade e dos resultados epidemiológicos.

A Academia ressalta, igualmente, que a utilização preferencial dessa formulação no calendário de rotina não deve comprometer o acesso às vacinas com componente pertussis acelular nas situações clínicas específicas em que estejam devidamente indicadas.

Nesse sentido, a Academia Nacional de Medicina manifesta seu apoio à proposta do PNI e da OPAS de utilização preferencial da vacina hexavalente com componente pertussis celular na imunização inicial da população infantil, desde que sua incorporação e implementação permaneçam sustentadas por avaliação técnico-científica rigorosa, critérios regulatórios e acompanhamento permanente de seus resultados.

A ANM enfatiza, ainda, a importância de que o processo de consulta pública e de tomada de decisão seja conduzido com transparência, responsabilidade institucional e ampla consideração das evidências científicas disponíveis, assegurando espaço para o debate qualificado entre especialistas, sociedades científicas, autoridades sanitárias e representantes da sociedade.

As decisões relativas à incorporação de tecnologias em saúde devem preservar a autonomia técnica das instituições responsáveis, evitando que interesses comerciais, pressões corporativas ou conveniências particulares se sobreponham à proteção da população e aos princípios de eficácia, segurança, efetividade, equidade e sustentabilidade.

A Academia Nacional de Medicina reafirma que a vacinação constitui um dos mais importantes instrumentos de prevenção de doenças, proteção da infância e promoção da saúde coletiva. O fortalecimento do Programa Nacional de Imunizações exige decisões cientificamente fundamentadas, compromisso com o interesse público e esforços permanentes para recuperar e ampliar as coberturas vacinais em todo o território nacional.



ACADEMIA NACIONAL DE MEDICINA

Ao apoiar uma política de imunização baseada em evidências e orientada pelo interesse coletivo, a Academia Nacional de Medicina reafirma seu compromisso histórico com a ciência, com o Sistema Único de Saúde e, sobretudo, com o direito de todas as crianças brasileiras à proteção contra doenças imunopreveníveis.

Antonio Egidio Nardi
Presidente

Academia
Nacional de
Medicina

